



**GRUPO DE APOIO PSICOSSOCIAL A JOVENS LGBTQIA+: A PRODUÇÃO
DE ESPAÇOS COLETIVOS COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO ÀS
VIOLÊNCIAS CISHETERONORMATIVAS EM UMA ESCOLA DA
PERIFERIA DE FORTALEZA(CE)**

**GRUPO DE APOYO PSICOSOCIAL A JÓVENES LGBTQIA+: LA CREACIÓN
DE ESPACIOS COLECTIVOS COMO ESTRATEGIA PARA ENFRENTAR
LAS VIOLENCIAS CISHETERONORMATIVAS EN UNA ESCUELA DE LA
PERIFERIA DE FORTALEZA (CE)**

**PSYCHOSOCIAL SUPPORT GROUP FOR LGBTQIA+ YOUTH:
CONSTRUCTING COLLECTIVE SPACES AS A STRATEGY TO CONFRONT
CISHETERONORMATIVE VIOLENCE IN A PERIPHERAL SCHOOL IN
FORTALEZA (CE)**

Laisa Forte Cavalcante¹

João Paulo Pereira Barros²

Natália Matos de Souza³

Livia Lima Gurgel⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência de criação de um grupo de apoio psicossocial a jovens LGBTQIA+ em uma escola pública da periferia de Fortaleza, como aposta na produção de espaços coletivos de cuidado e enfrentamento às violências cisheteronormativas. Trata-se de um desdobramento de uma pesquisa de doutorado, caracterizada como pesquisa inter(in)venção ancorada na Cartografia, que

¹ Psicóloga, Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC). Fortaleza, Ceará, Brasil.

² Doutor em Educação, docente efetivo do Departamento de Psicologia e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Coordenador Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES). Fortaleza, Ceará, Brasil.

³ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC). Fortaleza, Ceará, Brasil.

⁴ Psicóloga, Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC). Fortaleza, Ceará, Brasil.

utilizou o dispositivo-grupal como estratégia metodológica. O grupo buscou promover espaços de escuta e afirmação das identidades dissidentes, especialmente em contextos marcados por exclusão social, violência e precariedade. A análise, fundamentada em diários de campo e na perspectiva interseccional, evidencia como os encontros favoreceram a visibilidade de narrativas de opressão e resistência, contribuindo para a produção de novas formas de subjetivação. A experiência reafirma a importância de práticas institucionais que acolham as múltiplas expressões juvenis dissidentes em territórios periféricos atravessados por desigualdades e dispositivos normativos de silenciamento.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes LGBTQIA+. Dispositivo grupal. Escola. Periferia.

RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre la creación de un grupo de apoyo psicosocial para juventudes LGBTQIA+ en una escuela pública de la periferia de Fortaleza, como apuesta por la construcción de espacios colectivos de cuidado y enfrentamiento a las violencias cisheteronormativas. Forma parte de una investigación doctoral, caracterizada como investigación-inter(in)vención anclada en la Cartografía, que utilizó el dispositivo grupal como estrategia metodológica. El grupo buscó promover espacios de escucha y afirmación de identidades disidentes, especialmente en contextos marcados por exclusión social, violencia y precariedad. A partir de diarios de campo y una perspectiva interseccional, el análisis evidencia cómo los encuentros posibilitaron la visibilidad de narrativas de opresión y resistencia, contribuyendo a la producción de nuevas formas de subjetivación. La experiencia reafirma la importancia de prácticas institucionales que reconozcan y acojan las múltiples expresiones juveniles disidentes en territorios periféricos atravesados por desigualdades estructurales y dispositivos normativos de silenciamiento.

PALABRAS-CLAVE: Juventudes LGBTQIA+. Dispositivo grupal. Escuela. Periferia urbana.

ABSTRACT

This article reflects on the creation of a psychosocial support group for LGBTQIA+ youth in a public school in the periphery of Fortaleza, as a commitment to building collective spaces of care and resistance to cisheteronormative violence. It is part of a doctoral research project characterized as an inter(in)vention-research anchored in Cartography, using the group-device as a methodological strategy. The group aimed to promote listening spaces and the affirmation of dissident identities, especially in contexts marked by social exclusion, violence, and precariousness. Based on field diaries and an intersectional perspective, the analysis highlights how the encounters enabled the visibility of narratives of oppression and resistance, contributing to the production of new forms of subjectivation. The experience reaffirms the importance of institutional practices that recognize and support multiple dissident youth expressions in peripheral territories, which are historically traversed by structural inequalities and normative devices of silencing and marginalization.

KEYWORDS: LGBTQIA+ Youth. Group Apparatus. School. Urban Periphery.

*análise de conjuntura
meu coração é meu país devastado
sofro de Brasil com H maiúsculo*
Dalgualberto Silva

*Vou te contar a lenda da bixa esquisita
Não sei se você acredita ela não é feia (nem bonita)
Ela sempre desejou ter uma vida tão promissora
Desobedeceu seu pai, sua mãe,
o Estado, a professora [...]*
Linn da Quebrada

Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência de criação de um grupo de apoio psicossocial a jovens LGBTQIA+ em uma escola pública da periferia de Fortaleza, como aposta na produção de espaços coletivos de cuidado e enfrentamento às violências cisheteronormativas. Trata-se de um desdobramento de uma pesquisa de doutorado em andamento vinculado ao programa de pós-graduação em Psicologia da [suprimido]. A fim de contribuir para o enfrentamento às dinâmicas cisheteronormativas nos territórios escolares, em um contexto de avanço de políticas de morte e conservadorismo. A tese em questão aborda as narrativas de opressões e resistências de jovens que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, queer, intersexo, assexuais, entre outras (LGBTQIA+), que são estudantes de escolas públicas de ensino médio na região do Grande Bom Jardim, periferia urbana de Fortaleza-CE.

As populações LGBTQIA+ no Brasil têm enfrentado, ao longo da história, uma realidade marcada por violências sutis e explícitas permeadas por silenciamentos, exterminações e marginalizações, que se manifestam nos âmbitos simbólico e também físico. Nesse contexto, o modelo hegemônico e normativo de família e sexualidade, sustentado pelo sistema cisheteropatriarcal e colonial, produz apagamentos e silenciamentos de diversidades que fogem a esse padrão tradicionalista (Daniel Cerqueira *et al.*, 2021). A crescente ascensão de ideologias conservadoras, coloniais e cisheteronormativas tem reforçado hierarquias de gênero e sexualidade, o que faz com que o Brasil não apenas seja o país com o maior número de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ no mundo, mas também um cenário onde outras violências contra esses grupos ocorrem de forma cotidiana, especialmente nas periferias.

Conforme os dados do Atlas da Violência de 2023, entre os anos de 2020 e 2021, observou-se um crescimento em todas as formas de violência direcionadas a pessoas homossexuais e bissexuais — com um acréscimo de 14,6% para o primeiro grupo e um alarmante aumento de 50,3% no segundo. Em relação às pessoas trans e travestis, os casos de agressões físicas tiveram um crescimento de 9,5%, enquanto as violências de cunho psicológico subiram 20,4%. Quando analisado o recorte etário das vítimas, 59,3% dos indivíduos que se identificam como homossexuais estão na faixa dos 10 aos 29 anos, evidenciando que a maioria é composta por jovens em idade escolar. Já sob a perspectiva racial, pessoas negras constituem 55,3% das vítimas homossexuais e 52,2% das vítimas bissexuais. No caso de pessoas trans e travestis, o cenário é ainda mais grave: 58% das vítimas são negras, frente a 35% que se identificam como brancas (Daniel Cerqueira, *et al.*, 2023).

Nesse sentido, conforme fica evidenciado nos dados trazidos, historicamente, as populações LGBTQIA+ no Brasil foram tratadas, nos campos político, social e científico, como indivíduos com comportamentos desviantes ou até como patologias, com suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero consideradas psicopatológicas e/ou disforias. Tais dissidências identitárias afetivo-sexuais do modelo heteronormativo foram compulsoriamente controladas, vigiadas, normatizadas e/ou expostas a inúmeras exclusões e violações de direitos, isto é, vidas corrigíveis e assassináveis. No entanto, apesar de todo esse contexto histórico-social permeado de diversas opressões diretas e indiretas; as lutas, resistências e mobilizações sociais em prol de reconhecimento e garantia de direitos, e condições dignas de existência sempre foram engendradas e exercidas, sobretudo coletivamente (Céu Cavalcanti; Pedro Bicalho; Sandra Sposito, 2019; Renan Quinalha, 2017).

No que se refere mais especificamente aos territórios escolares, ao longo do tempo, as instituições escolares brasileiras e os sujeitos que as compõem — como professores, gestores e estudantes — foram moldados para se adequarem a padrões cisheteronormativos e conservadores já enraizados na sociedade, mas que ganharam ainda mais força durante o período da ditadura militar. Nesse contexto, consolidou-se a figura do homem cisgênero, branco e heterossexual como referência de conduta ideal, com o propósito de padronizar e controlar expressões de sexualidade e identidades de gênero que fugissem desse modelo dominante (Ronaldo Alexandrino; Fauston Negreiros, 2023). O fortalecimento recente de discursos e práticas conservadoras no cenário político atual impõe obstáculos significativos a políticas públicas e institucionais de caráter

democrático, como é o caso da escola. Essa, enquanto instituição multifacetada, encontra-se no cruzamento de diferentes forças sociais e políticas, especialmente no âmbito das escolas públicas. De um lado, é vista como espaço de formação, promoção do conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico, além de possuir uma função protetiva voltada às infâncias e juventudes. Além disso, atua também como ambiente de reprodução de normas sociais, onde se operam mecanismos de controle e disciplina sobre os corpos e subjetividades.

Nesse cenário, temas como gênero e sexualidade, por estarem no centro de disputas políticas marcadas pelo avanço do conservadorismo, tornam-se igualmente delicados e contestados dentro do espaço escolar. Esse contexto contribui para a reprodução de diversas formas de violência contra pessoas LGBTQIA+, especialmente os jovens que não se enquadram nos padrões normativos de identidade de gênero e orientação sexual. Esses estudantes são frequentemente alvos de discriminação, que se manifesta tanto nas interações com colegas quanto em espaços como salas de aula, corredores, banheiros ou mesmo no percurso entre a escola e suas casas. Sob essa ótica, tem-se observado um movimento de retrocesso em relação à inclusão de temáticas de gênero e sexualidade nas diretrizes das instituições escolares. Tais assuntos vêm sendo alvo de censura e exclusão de documentos fundamentais para a formação educacional, como é o caso do atual Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei 13.005/2014, que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira no período de 2014 a 2024, e do Plano Estadual de Educação do Ceará (PEE), estruturado com base no PNE. Este último, em seu artigo 3º, afirma de forma explícita: “impede-se, sob quaisquer pretextos, a utilização de ideologia de gênero na educação estadual”. A expressão destacada revela um posicionamento conservador e reacionário que tem se infiltrado nos espaços escolares, muitas vezes sob o discurso de proteção da “família” — compreendida dentro de um padrão heteronormativo —, reforçando, com isso, práticas discriminatórias e preconceituosas contra estudantes LGBTQIA+ (Donaldo Souza; Janaína Menezes, 2017).

A chamada “ideologia de gênero” tornou-se uma expressão amplamente disseminada em discursos políticos e midiáticos, embora se trate de uma construção retórica sem base científica, criada e amplificada por setores religiosos — especialmente ligados ao neopentecostalismo — durante os debates no Congresso Nacional sobre o PNE. Tal termo tem sido usado como ferramenta estratégica para atacar, deslegitimar e suprimir propostas educativas que abordam gênero e sexualidade nas escolas. Com o

fortalecimento da bancada conservadora no cenário político, houve uma intensificação dos esforços para enfraquecer e desestruturar políticas públicas voltadas à educação inclusiva e democrática (Tatiana Lionço, *et al.*, 2018; Sandra Freitas; Ximena Bermúdez; Edgar Mércan-Hamann, 2021).

É fundamental destacar que, mesmo diante das investidas de censura e dos ataques direcionados ao caráter progressista da educação, os espaços escolares e uma parcela significativa de seus atores — como professores, gestores e estudantes — têm historicamente se posicionado de forma crítica e resistente frente ao avanço de discursos conservadores. Exemplo disso são as reações às iniciativas de cunho antidemocrático, discriminatório e opressor, como o Movimento Escola Sem Partido, cujas propostas buscaram, entre outros objetivos, a exclusão de conteúdos relacionados a gênero e sexualidade tanto do Plano Nacional de Educação (PNE) quanto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As ocupações secundaristas, realizadas em diversas regiões do Brasil entre 2015 e 2016, configuraram-se como movimentos emblemáticos na construção de formas de resistência estudantil diante dos contextos de retrocesso e desmonte das políticas educacionais. Expressando repúdio aos cortes orçamentários, repressão institucional e negação de direitos, essas mobilizações revelaram o protagonismo de juventudes escolarizadas na defesa de uma educação pública, crítica e inclusiva. No Ceará, em particular, o movimento ganhou força em 2016, impulsionado por um contexto de mobilização docente e estudantil que buscava melhores condições de trabalho, valorização profissional e afirmação de pautas progressistas no interior da escola (Bárbara Rêdes, 2018).

No Ceará, no mesmo território onde se desenvolveram parte dessas ocupações pioneiras, emergiu, em 2012, o Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim, iniciativa que produz estratégias de enfrentamento a diversas violências e reinventa práticas de resistência nos territórios escolares de periferias urbanas de Fortaleza. Vinculado à construção deste trabalho e diretamente relacionado à pesquisa de doutorado em andamento, o Fórum constitui um coletivo composto por representantes de 12 escolas estaduais, organizações não governamentais, instituições culturais e órgãos públicos, como a Secretaria de Educação do Estado do Ceará e o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ). Além disso, conta com o apoio do [suprimido] e do [suprimido]. Entre os objetivos de suas atividades, Laisa Cavalcante *et al.* (2021) destacam: produzir práticas de prevenção a violência intergeracional e de gênero, promover a resolução pacífica de conflitos, lutar pela permanência dos vínculos escolares e condições qualificadas de

aprendizagem, a fim de colaborar para criação de contextos coesos nas escolas e comunidades.

Seu objetivo central é articular estratégias interinstitucionais de enfrentamento à violência armada e à letalidade juvenil — fenômenos que atravessam a vida de estudantes negros, pobres, LGBTQIA+ e periféricos —, ao mesmo tempo em que promove a valorização da diversidade e o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos, a equidade e a justiça social (Laisa Cavalcante, *et al.*, 2021). Assim como as ocupações secundaristas, o Fórum evidencia a potência da ação coletiva nas escolas como resposta às políticas de morte e ao conservadorismo que assolam os territórios escolares, operando como uma forma de resistência viva, criativa e radicalmente comprometida com a transformação social.

Por fim, diante de um cenário político-social marcado pelo fortalecimento de discursos conservadores e pela tentativa sistemática de silenciamento das pautas de gênero, sexualidade e raça nos espaços escolares, este artigo propõe visibilizar o dispositivo grupal enquanto prática de co-construção de pensamento crítico da realidade, na tentativa de desnaturalizar as normativas hegemônicas como o modelo cisheterocolonial-patriarcal, e enquanto produção coletiva de resistência que emergem justamente nesses contextos de repressão e apagamento. Essas juventudes enfrentam cotidianamente as pressões normativas e as políticas de exclusão, e têm se mobilizado de diversas formas insurgentes. Dessa maneira, a construção desse dispositivo grupal, intenciona construir na/com a escola, em aliança com professores e gestores, territórios de segurança, de aprendizado de cuidado e pertencimento, com o objetivo de afirmar a potência das dissidências como formas legítimas de existir e resistir.

Percurso Metodológico

A proposta metodológica utilizada na pesquisa em desenvolvimento caracteriza-se como uma perspectiva qualitativa de pesquisa, guiada pela Cartografia como método de pesquisa-inter(in)venção (Veriana Colaço; Karla Adrião; Jaileila Menezes, 2018; João Paulo Barros; Jéssica Rodrigues; Luis Fernando Benício, 2021) em diálogo com feminismos negros e transfeminismos, mantendo também um diálogo com a interseccionalidade como ferramenta de investigação (Lucas Platero, 2012). Buscamos, com este modo de fazer pesquisa, trazer ênfase ao caráter inventivo da intervenção, através dos dispositivos grupais criados. Ao apostar na cartografia, buscamos acompanhar

processos e forças que atravessam os percursos de produção de subjetividades. A pesquisa foi realizada em três escolas públicas de ensino médio, do bairro Grande Bom Jardim, porém, para o presente artigo, foi realizado um recorte, a partir do qual traremos o grupo realizado em uma das escolas participantes do estudo.

A estratégia grupal, que passou a ser intitulada “Grupo das Gays” assim chamado informalmente pelas/os pelos próprios jovens participantes⁵, como uma forma de autoafirmação semelhante ao que se viu com o termo *queer*⁶, ocorreu em uma escola estadual de ensino médio em tempo integral localizada na região do Grande Bom Jardim, território periférico pertencente à cidade de Fortaleza (CE). Essa área é composta por cinco bairros (Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal, Granja Lisboa e Bom Jardim) que apresentam indicadores socioeconômicos baixos, e figuram entre os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos da cidade. Ainda, sendo atravessada e marcada por um cenário de altos níveis de letalidade - com destaque a letalidade juvenil -, guerra às drogas, disputa de poder entre organizações criminosas e desmonte das políticas públicas de assistência.

Por outro lado, é historicamente um território de grandes mobilizações político-sociais e produção de resistências frente ao cenário de precarização da vida nas periferias de Fortaleza. Sua ocupação se deu em meio à produção de lutas significativas por acesso e direito à moradia, que ainda são presentes na atual realidade do território. Proliferando também movimentos e organizações que constroem lutas e práticas no âmbito de defesa a cultura, ao meio ambiente, a segurança pública, as infâncias e juventudes e a educação.

A aproximação e realização de parceria para construção de atividades na escola foi possível através da indicação e mediação de um membro do Fórum de escolas, dado o vínculo e parceria anterior estabelecido com o [suprimido]. A indicação ocorreu mediante o reconhecimento de que naquele ambiente escolar havia tensões e conflitos relativos às questões de gênero e sexualidade. Foi realizada reunião junto à gestão, e com uma recepção e acolhimento positivo da proposta da atividade coletiva junto às juventudes para abordar temas relativos às identidades dissidentes, foi possível iniciar as

⁵ Frase dita por alunos e gestores ao nos depararmos nos corredores escolares, momentos antes de iniciar os encontros do grupo na escola. A palavra “gays” está destacada visto que, nesse contexto, estaria se referindo a todos os integrantes da sigla LGBTQIA+ participantes dos grupos.

⁶ Sujeitos Queer são, pela tradução pejorativa, classificados como estranhos, excêntricos, talvez ridículos, ou seja, são sujeitos desobedientes de gênero e dissidentes sexuais, com expressões de gênero e corpos diversos àquelas impostas pela heteronormatividade. No entanto, a partir dos anos 1980 e 1990, o termo foi reapropriado por ativistas e acadêmicos LGBTQIA+ como uma forma de resistência e empoderamento (Guacira Louro, 2001).

atividades. Durante o andamento do grupo, a escola proporcionou apoio logístico para realização dos encontros, organizando e disponibilizando salas, horários, convidando os alunos a participarem.

Como estratégia metodológica, lançamos mão da construção de um grupo de apoio psicossocial voltado às juventudes LGBTQIA+ estudantes da escola. O objetivo do grupo foi orientado à reflexão crítica dos sofrimentos decorrentes dos efeitos psicossociais de realidades atravessadas por violências e opressões cotidianas e possui compromisso ético-político de buscar transformação social das condições aviltantes existentes. Importante salientar que não se configura enquanto um grupo terapêutico, embora ao longo dos encontros emergem sentimentos e sensações comuns que são compartilhadas e possibilitam processos de reelaboração subjetivas (Maria Afonso, 2010; Laisa Cavalcante, 2021).

A conceitualização de grupo, tomada como base para sua realização, é a de dispositivo-grupal (Regina Barros, 1997). Nessa perspectiva, o grupo funciona como produtor de processos de subjetivação, distanciando-se de processos normatizadores e totalizantes. Compreende-se que as juventudes apresentam experiências distintas e múltiplas a partir do olhar da interseccionalidade, em que suas posições raciais, de gênero, sexualidade, classe, território, idade - dentre outros marcadores sociais da diferença - produzem singularidades e comuns. Desse modo, intenta-se visibilizar as narrativas juvenis escolares acerca das opressões e sofrimentos psicossociais relacionados à LGBTQIA+fobia em suas vivências, bem como potencializar o acolhimento coletivo dessas vozes (Jéssica Rodrigues; Patricia Assis; Camila Leonardo, 2021).

O grupo na escola ocorreu nas quartas-feiras, no período da tarde, durante os meses outubro a dezembro de 2023, somando um total de 5 encontros. Foi mediado por uma psicóloga doutoranda em Psicologia e co-mediado por uma graduanda em Psicologia, bolsista de extensão - ambas vinculadas ao [suprimido]. Essa composição da equipe, se relaciona ao investimento - construído pelo [suprimido] - na aliança entre pesquisa e extensão universitária como promotora de intercessões entre a universidade e a comunidade, a fim de mitigar os aspectos psicossociais implicados e decorrentes das diversas expressões da violência e da exclusão social.

Participaram um total de 12 jovens estudantes da escola, que se inscreveram para participar mediante o livre desejo de compor o grupo. Quanto às autoidentificações de gênero e sexualidade, o coletivo foi formado por 1 menino trans pansexual, 1 pessoa não binária pansexual, 1 menino cis bissexual, 3 meninos cis gays, 3 meninas cis lésbicas, 2

meninas cis bissexuais e 1 menina cis pansexual. Já no que diz respeito à caracterização racial, foram 3 pessoas brancas, 3 pessoas pardas e 6 pessoas negras.

O primeiro encontro se deu de maneira a apresentar a ideia do grupo, firmando os acordos e explicando o propósito e objetivos. Lançamos como provocação do pensamento e discussão a pergunta: como é ser jovem LGBTQIA+ no Bom Jardim? As respostas apresentadas discutiram experiências de opressão e sofrimento no âmbito familiar, escolar, comunitário, no entanto foram também mencionadas redes de apoio que construíam frente esse cenário. Compartilhado esse panorama, propôs-se construir um calendário de encontros colaborativo com as temáticas de interesse, os jovens colaram em um cartaz adesivos com suas ideias.

Ao aglutinarmos a ideias por blocos temáticos, obtivemos a seguinte organização para o decorrer do grupo: 1º encontro: Pactuação, vinculação e mapeamento de interesses, 2ª Aceitação pessoal, dúvidas sobre questões de gênero e sexualidade, 3º- Família e Relacionamentos, 4º- Violência, sofrimento, LGBTQIA+fobia e saúde mental e 5º Política Pública, Escola, Mercado de Trabalho. Os encontros foram estabelecidos em 5, devido a limitação do calendário escolar, tendo em vista que o grupo foi iniciado em outubro de 2023.

No segundo encontro, tematizou-se aceitação pessoal, saída do armário e conversamos sobre dúvidas relacionadas às questões de gênero e sexualidade. Como metodologia interativa optou-se pelo “repolho” de papel, consistindo em vários papéis amassados com perguntas mobilizadoras em uma espécie de bola. A medida que a bola foi passando de mão em mão, cada jovem retirou uma folha, leu a pergunta que mobilizou a discussão. As perguntas que surgiram na dinâmica foram: “Como foi minha experiência de reconhecimento?”; “Eu me sinto seguro/a/e em ser quem eu sou na escola?”; “A escola pra mim é...?” “Que lugares eu me sinto segura/o/e para conversar sobre questões de gênero e sexualidade?”; “Quem foi a sua primeira referência LGBTQIA+?”; “Um mundo ideal para ser LGBTQIA+?”. Esse encontro foi essencial para a vinculação e confiança entre os partícipes e mediadoras.

Relacionamentos e família mobilizaram o debate no terceiro encontro, por meio da produção de duas esquetes pelos jovens divididos em dois grupos. A partir das questões mobilizadoras: 1) Como eu me vejo, jovem LGBTQIA+, em minha família? e 2) Como eu sou visto, sendo um jovem LGBTQIA+, em minha família? os jovens se reuniram compartilhando suas histórias e perspectivas, a fim de produzir as esquetes que giraram

em torno da “saída do armário”. ⁷Após a apresentação, dialogamos sobre o processo criativo, em que ambas as equipes afirmaram terem se baseado, em parte, nas suas experiências pessoais

Já no quarto encontro, discutiu-se sobre violência, sofrimento, LGBTQIA+fobia e a saúde mental em contextos opressores. Como metodologia, distribuídos papeis e canetas entre os jovens, pedimos que registrassem frases, palavras e situações em que sentiram sofrimento ligadas à experiência LGBTQIA+. Foram registradas as seguintes afirmativas: “Prefiro que você seja uma viciada do que ver você com outra mulher”; “Você sabe o que faz”; “Claro que ele vai preferir eu do que você”; “Você não é nada pra mim!”; “Você tá levando ela pro caminho do inferno (mãe)”; “Só aceitei porque você estava nervosa, mas não vá pensando que você e ela vão ser um caszinho (pai)”; “Você quer ser um menino”; “Você não se decide (sobre ser bissexual)”; “Se você quer ser viado, você pode ser, mas não perto de mim”. Esse encontro mobilizou muita emotividade, especialmente quando jovens verbalizam sobre suas experiências pessoais de opressão no contexto familiar, escolar e comunitário, após a escrita.

No último encontro, o quinto, mediante a necessidade de continuar acolhendo os temas emergidos, mesclou-se os temas saúde mental ao anteriormente proposto - Política Pública, Escola, Mercado de Trabalho. Propomos para todos que reelaborássemos coletivamente as frases anteriormente escritas, intervindo nelas de maneira artística e livre tendo ao dispor vários materiais (tinta, canetas coloridas, lápis de cor, linhas, revistas para recorte etc.). Orientamos que não era meramente pensar uma resposta reativa às ofensas, mas pensar em como eles se imaginavam frente ao cenário de violência que os atravessaram (atravessam), e a muitas outras pessoas LGBTQIA+. Após realizada a intervenção, dialogou-se sobre o produto e as expressões, bem como sobre o papel das políticas públicas no enfrentamento às opressões - como as narradas pelo grupo. Por fim, foi realizada uma avaliação coletiva em que cada jovem pôde compartilhar sobre a experiências e efeitos de ter participado desse dispositivo grupal.

Como estratégia de registro dos encontros, foram utilizados Diários de Campo. Entendemos a produção de Diários de Campo como uma possibilidade de produzir narrativas que tragam uma descrição densa do que foi vivenciado, dos processos acompanhados na territorialidade da pesquisa, trazendo uma narrativa não somente descritiva, mas também reflexiva, que contemple as implicações de quem pesquisa e o

⁷ O “armário” simboliza, para Eve Sedgwick (2007), uma estrutura opressora de silenciamento gay no século XX.

plano coletivo de forças que atravessa cada encontro (Dagualberto Silva, 2019; João Paulo Barros; Dagualberto Silva; Carla Jéssica Gomes, 2020).

A análise foi realizada a partir de diálogos entre a análise cartográfica e a interseccionalidade. Nessa perspectiva, a construção de analisadores é essencial, pois se referem às questões que evidenciam aquilo que está instituído na realidade, mas também propiciam o rompimento e a criação de desestabilizações naquilo que é visto como estático (Kátia Aguiar; Marisa Rocha, 2007; Letícia Barros; Maria Elizabeth Barros, 2013). Por meio de uma análise interseccional, originada de metodologias feministas negras, buscamos evidenciar as sobreposições de identidades e os marcadores sociais de opressões e privilégios que influenciam as relações de poder, conhecimento e subjetividade nas histórias de vida dos jovens. É uma lente analítica que possibilita tensionar a ideia de um sujeito universal, homogêneo, trazendo para a cena sujeitos plurais, diversos, e nos convocando a nos situar a partir do local que ocupamos, buscando transformações no que está instituído (Lucas Platero, 2012; Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021).

Com relação aos aspectos éticos, foram seguidos os princípios éticos de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16, diretrizes essenciais para pesquisas desenvolvidas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais. A investigação da qual se originou este artigo faz parte de uma pesquisa guarda-chuva desenvolvida pelo [suprimido], intitulada “Aspectos Psicossociais da Violência e Práticas de Re-Existência em Periferias de Fortaleza-CE”, que está cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da [suprimido] e contemplada pela Chamada CNPq Nº 09/2020 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ, sob o número de parecer: 5.187.324. Asseguramos que os nomes das escolas e dos jovens foram modificados a fim de garantir sigilo das informações e evitar que esses sujeitos sejam identificados. Todos/as aqueles/as que desejaram interromper sua participação na pesquisa tiveram seu desejo respeitado e foram entregues Termos de Consentimento Livre e Esclarecido tanto dos alunos como dos pais e/ou responsáveis.

Resultados e Discussões

“Vamo começar o grupo das gays?”: Grupos de Apoio Psicossocial com Juventudes LGBTQIA+ como dispositivo de resistência frente ao cenário cisheteronormativo na educação

O “Grupo das Gays” se configura como um grupo de apoio psicossocial voltado a juventudes LGBTQIA+ estudantes do ensino médio do Grande Bom Jardim, como referido acima. Nesse sentido, buscamos pensar como este dispositivo-grupal (Barros, 1997) contribuiu como estratégia de resistência no âmbito escolar e educacional, frente à cisheteronormatividade compulsória e à LGBTQIA+fobia cotidiana. Ao tomar o conceito de dispositivo-grupal de Barros (1997) como ferramenta analítica, pudemos compreender as dinâmicas micropolíticas que atravessam os encontros, as linhas de força e subjetivação acionadas, bem como os efeitos de visibilidade e de dizibilidade que emergem dessas vivências.

Pessoas LGBTQIA+ constituem existências dissidentes frente às normas cisgêneras e heterossexuais hegemônicas, que norteiam as relações sociais, e, a partir de seus corpos, desejos e existências, deslocam e confrontam as imposições de gênero e sexualidade que organizam (ou tentam organizar) a vida em sociedade. Judith Butler utiliza o termo matriz heterossexual, que se refere à “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (2003, p. 23) e traz a expressão “heterossexualidade compulsória”, de Adrienne Rich, para caracterizar o modelo hegemônico a partir do qual se compreende gênero em nossa sociedade. A articulação entre esses conceitos permitiu analisar os relatos de participantes não apenas como expressões subjetivas, mas como efeitos de uma matriz reguladora que legitima ou nega vidas.

Segundo este modelo, corpos se tornam coerentes quando há um sexo e um gênero estável (e correspondentes – masculino e macho; feminino e mulher) e que são definidos por meio da heterossexualidade compulsória (Judith Butler, 2003). Essa matriz atua regulando as relações sociais, ou seja, corpos e sujeitos se tornam inteligíveis quando expressam o seu gênero de acordo com o sexo que lhe foi designado ao nascimento e se o seu desejo se direciona a uma pessoa do sexo e gênero opostos. Portanto, pessoas que não operam de acordo com a matriz heterossexual se tornam alvo de diversas formas de violação, violências nomeadas como LGBTQIA+fobia.

Ao considerarmos a cisheteronormatividade compulsória como categoria de análise, compreendemos que as vidas de pessoas LGBTQIA+ são cotidianamente precarizadas, por políticas de exclusão e invisibilização. A noção de precariedade (Judith Butler, 2015) nos ajuda a compreender essas experiências, pois, segundo a autora, a precariedade é uma marca de nossas vidas, não se refere à ausência de sinais vitais/ausência de vida em si, mas às condições que tornam um corpo reconhecível como

vida digna de ser vivida, ou tornam uma vida menos possível/impossível. A autora se refere a normas, políticas e organizações que se articulam para maximizar a precariedade de certas vidas e minimizar a precariedade de outras.

Essa perspectiva permitiu analisar as narrativas das juventudes do grupo não apenas como queixas individuais, mas como expressões de um regime de inteligibilidade que precariza certas existências. Por meio da produção do grupo, diversas experiências de LGBTQIA+fobia foram compartilhadas, frutos da cisheteronormatividade compulsória que, muitas vezes, está aliada ao moralismo religioso. As vivências de violências ocorreram em diferentes contextos, como no âmbito familiar, na comunidade e na escola: “Eu já pedi muitas vezes pra coordenadora me chamar pelo meu nome, mas ela insiste em chamar pelo nome que está em minha certidão de nascimento”, fala de um dos participantes do grupo. A narrativa anterior nos aponta episódios de transfobia no espaço da escola, quando uma profissional da instituição insiste em desrespeitar a escolha do nome de uma/um estudante, o que também foi relatado por outras pessoas do grupo. Assim como, a questão do uso de banheiros por pessoas trans, que se veem constrangidas ou com receio de usar o banheiro direcionado ao gênero com o qual se identificam, pois podem ser alvo de violências na escola, conforme afirmado por um participante trans: “Sigo usando o banheiro feminino na escola pra evitar que aconteça a mesma coisa que aconteceu com a [cita nome de uma ex-estudante trans da escola]”.

Desse modo, a escola se mostra como território de disputa, no qual existem corpos que questionam e enfrentam as normas cisheterossexuais e patriarcais, e corpos que direcionam a eles violências que funcionam como micro aniquilamentos cotidianos. Dessa forma, diante dos cenários de mortalidade e maior vulnerabilidade à violência de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, inclusive jovens em idade escolar, a criação desse dispositivo-grupal busca visibilizar narrativas de opressões e sofrimentos psicossociais relacionados à LGBTQIA+fobia em suas experiências. As quais são vivenciadas de maneiras distintas, a partir da interseccionalidade, de seus lugares raciais, de gênero e de classe, com violências de cunho racista e de outras opressões estruturais que assolam a vida de juventudes empobrecidas em periferias urbanas. Mas também vivenciadas de maneiras comuns, buscando potencializar a ressonância de vozes LGBTQIA+ a partir da criação de espaços de compartilhamentos de narrativas e histórias de vida e de acolhimento coletivo.

Estratégias de resistência frente à LGBTQIA+fobia no contexto escolar se fazem urgentes, considerando a escola, assim como outras instituições, (re)produtora e

atualizadora das estratégias de exclusão social e marginalização de pessoas LGBTQIA+. Visto que, na medida em que nesses espaços o uso do nome social é negado, assim como o uso do banheiro, e quando esses sujeitos se tornam alvo de piadas transfóbicas, homofóbicas, bifóbicas e lesbofóbicas, como relataram participantes do grupo, expõe-se que a escola se configura como espaço de opressão expressas através de discursos de ódio disfarçados de bullying e brincadeiras com teor LGBTQIA+fóbico.

Nesse cenário, o “Grupo das Gays”, enquanto dispositivo-grupal, pode ser visto como um emaranhado, como uma espécie de novelo de múltiplas linhas de muitas histórias que nele se encontram pelos regimes de enunciação e visibilidade que o sustentam, assim o grupo está concatenado às processualidades e não as totalidades. Um dispositivo-grupo (Barros, 1997) é composto por linhas de 4 tipos: linhas de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação. As duas primeiras dizem respeito às zonas de visibilidade e dizibilidade que estes dispositivos oportunizam. Já as linhas de força seriam referentes aos jogos de força de saber-poder presentes nos processos grupais, a exemplo da manutenção de instituições como valores familiares, morais, penais, etc. Por fim, as linhas de subjetivação dizem respeito à produção e criação de novos modos de existência, que busca desnaturalizar os modos hegemônicos, no caso da pesquisa o modelo cisheterocolonial-patriarcal (João Paulo Barros; Dalgualberto Silva; Carla Gomes, 2020).

Portanto, entender o grupo como um dispositivo compreende alguns deslocamentos de concepções molares, como a desconstrução do lugar do “universal” nos processos grupais, que serão observados ou representados, dando ênfase nos movimentos de produção dos processos (Barros, 1997). Assim o “Grupo das Gays” configura-se como espaço coletivo em que é possível colocar em análise os regimes de visibilidade e enunciação, evidenciar os embates das forças de saber-poder, e criar e acionar novos processos desnaturalizando o sistema vigente, produzindo e afirmando distintas formas de existências.

Colocando em evidência esse modo de funcionamento, dentre as narrativas compartilhadas por participantes do grupo, trazemos a ausência de espaços de fala e de escuta em seus cotidianos, como no âmbito familiar. Evidenciando, assim, o silenciamento das experiências generificadas e de sexualidade das juventudes, e a interdição das possibilidades de dizer de si. Em contraste, o grupo se tornou, para um dos participantes, lugar onde poderia falar sobre si com pessoas interessadas em, de fato, escutar e acolher:

Geralmente quando minha família está junta assim, eu fico calado, não falo muito, respondo geralmente o que me perguntam assim e é isso. Porque no fundo não sinto que eles querem de fato me ouvir, sabe? E eu prefiro falar pra quem quer mesmo trocar uma ideia e me ouvir. Tipo em espaços como esse. (Fala de participante do grupo)

Produzir um espaço onde é possível falar de si e de suas experiências em coletivo, torna possível colocar em análise o comum das experiências de juventudes LGBTQIA+, mas também as singularidades dos participantes. Apostamos no caráter analítico do dispositivo-grupo, que, segundo Barros (1997), diz respeito a não negar a molaridade dos modos de funcionamento, mas pôr a funcionar outros modos de existir, inventar rotas de fugas, fissuras, fazendo emergir a expressão das singularidades, das diferenças. Dessa forma, ao tomarmos a cisgeneridade e o patriarcado como normas de funcionamento da sociedade, buscamos com o dispositivo-grupo produzir tensionamentos a essa norma, fazer emergir no coletivo a aliança e produzir efeitos a partir dos elementos heterogêneos acionados pelo grupo, pois, como afirma Barros (1997, p. 185): “pensar o dispositivo é pensar efeitos”.

Ao longo dos encontros, emergiram muitos relatos que materializam as violências proferidas contra corpos dissidentes em diferentes cenários, produzidas a partir dos modos molares de funcionamento e singularizados de modos distintos para os jovens. No âmbito familiar, a maioria dos jovens narrou sobre a invalidação e invisibilização das identidades de gênero e orientações sexuais - como demonstrado através de trecho anterior -, e, em alguns casos, até episódios de violência física. Observou-se um cenário de rigidez e defesa da cisnormaheterossexual no seio familiar, com intensas influências religiosas - principalmente dos movimentos neopentecostais -, que imprimem violências físicas e psicológicas ancoradas em discursos moralistas.

No contexto comunitário, os jovens reconhecem e relatam realidades e experiências de opressão, mas emergem, também, experiências de cuidado, como afirma um dos jovens em relação ao território: “É muito difícil, a gente sabe que tem muitas pessoas que morrem só por serem quem são, tem muita violência, mas também tem coisas boas”. Um após o outro, vários participantes compartilham uma série de relatos de experiências de opressão sofridas em diversos espaços da comunidade, xingamentos, violências verbais, ameaças verbais e ameaças físicas. As múltiplas expressões de violência materializadas na vida das juventudes LGBTQIA+ demarcam e expõem os efeitos perversos da matriz cisgênera e da heterossexualidade compulsória. No entanto,

revelam-se espaços comunitários identificados pelos jovens como possíveis de acolherem suas existências representados por coletivos e organizações sociais empenhados na luta por direitos.

O território escolar apresenta-se como espaço ambíguo nas narrativas construídas. Como já inicialmente demonstrado, é perpassado por violências LGBTQIA+fóbicas disfarçadas de bullying, gestores desrespeitando nomes sociais e problemáticas relativas ao uso do banheiro com o gênero com o qual se identifica. Porém, se apresenta também como um lugar possível de afirmação das existências dissidentes. Foi relatado, durante os encontros, que uma professora, demitida pela instituição, possibilitou o contato de estudantes com temáticas de gênero e sexualidade, ampliando as percepções sobre si: “A tia era massa, acho que foi a primeira vez que tive contato sobre esse tema (gênero, sexualidade, etc), foi quando eu comecei a me questionar sobre minha própria vivência”. Tal conexão, entre corpo docente e alunos/as/es representou para os jovens a construção de espaço seguro para suas vivências no contexto escolar.

Bem como, a realização do grupo na escola possibilitou aos jovens produzir discursos sobre suas experiências que escapam à violência e ao silenciamento do sistema cisheteronormativo. O grupo foi apontado, pelos participantes da pesquisa, como importante espaço, considerando o pouco diálogo que há entre alunas/os/es e gestão escolar e a percepção de que não são ouvidas/os/es na escola, acrescentando ainda: “e se ouvir vão ligar pros pais pra contar”. Um dos participantes afirmou que o espaço do grupo era um contexto que ele sentia confortável para ser quem é e falar sobre isso. Poder falar se coloca, nesse contexto de precarização, como uma afirmação de existência e resistência, à medida que se criam disputas dos discursos sobre gênero e sexualidade e produzem-se linhas de subjetivação.

A ausência de espaços de discussão sobre diversidade sexual e de gênero no contexto escolar se reflete na intensificação de práticas LGBTQIA+fóbicas e na exclusão de estudantes que fogem à cisheteronormatividade. Produzir espaços que trazem discussões sobre gênero e sexualidade contribui para que a escola seja vista como um lugar seguro para esses sujeitos, para que possam compreender suas experiências e desejos, ampliando as percepções sobre si, como apontado nas falas acima. Entretanto, as disputas em torno dos debates sobre gênero e sexualidade, a disseminação de fake news acerca do que significa abordar gênero nas escolas, o terrorismo criado em torno da fictícia “ideologia de gênero”, funcionam como mecanismos coercitivos e impeditivos para que docentes, gestores e alunas/os produzam discussões nas instituições escolares.

Entretanto, diante das recorrentes ofensivas, o caminho possível é o de insistir no debate, na produção de espaços coletivos e de alianças que fortaleçam aqueles e aquelas que buscam produzir brechas nas normativas opressivas que atuam nos territórios escolares.

Destacamos, portanto, o “Grupo das Gays” como dispositivo de resistência no contexto escolar, na medida em que se constituiu como uma tecnologia social produzida pela conexão entre extensão e pesquisa, e que produziu espaços de escuta qualificada de sofrimentos psicossociais, favorecendo possibilidades de reelaboração subjetiva desses sofrimentos, além de reposicionamento social e desestigmatização de juventudes vítimas de violências. O dispositivo-grupo atuou como lugar de escuta e acolhimento dessas questões que os atravessam, favorecendo a identificação, criação e potencialização de alianças, pelas próprias juventudes, e de estratégias individuais e coletivas de cuidado, além da promoção de direitos humanos através da utilização de metodologias criativas e participativas pensando a produção de alianças e enfrentamentos coletivos à LGBTQIA+fobia. Diante de cenários de matabilidade e silenciamentos, o aliançamento coletivo no território escolar se mostra como estratégia potente de enfrentamento e fortalecimento dessas juventudes.

Considerações Finais

As instituições escolares têm se constituído como espaços de permanência precária para pessoas LGBTQIA+, caracterizando-se por uma escuta limitada e acolhimento insuficiente, além da recorrência de práticas e discursos violentos que atravessam suas experiências cotidianas. Compreendemos que essas instituições vêm sendo reprodutoras da precarização das vidas de pessoas LGBTQIA+, desconsiderando esses sujeitos e suas vidas como dignas de serem vividas, tornando suas existências impossíveis.

O campo da educação se encontra em disputa permanente quando se trata de discursos e práticas que buscam produzir enfrentamento à cisheteronormatividade compulsória e às práticas coloniais que se direcionam aos corpos de pessoas LGBTQIA+. De um lado, professoras/es, gestoras/es e alunas/os/es que se posicionam contra as normativas de sexo e gênero institucionalizadas, e que buscam produzir fissuras e rotas de fuga, potencializar e abrir caminho para outros modos de existir. De outro lado, aqueles e aquelas que insistem em atualizar e produzir violências cotidianas a esses corpos, muitas

vezes sob o véu do “desconhecimento” ou da “dificuldade de compreensão” sobre a diversidade sexual e de gênero.

A produção do “Grupo das Gays”, em uma escola do Grande Bom Jardim, como um grupo psicossocial de escuta, acolhimento, cuidado compartilhado e troca de experiências diversas entre alunas/os/es LGBTQIA+ se mostra como um dispositivo de resistência em um cenário de violência cotidiana no Brasil,

Funcionando como um dispositivo que possibilite a ressonância de vozes LGBTQIA+ em contraposição a projetos necropolíticos típicos do país que tentam silenciá-las, entendendo suas vidas e suas narrativas como elementos de resistência à essa estrutura social (Antônio Silva *et. al.*, 2021, p. 1334)

Destacamos a importância de que a Psicologia e a Universidade Pública, sustentem o compromisso ético-político de produzir intervenções micropolíticas em contextos vulnerabilizados, com sujeitos marginalizados e invisibilizados pelas normas, buscando caminhos para potencializar essas vozes, construir rotas de fuga com esses sujeitos, escapando à lógica da suposta neutralidade científica e da imutabilidade das dimensões instituídas.

Referências

AFONSO, Maria Lúcia Miranda (Ed.). *Oficinas em dinâmica de grupo: Um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

ALEXANDRINO, Ronaldo; NEGREIROS, Fauston (orgs.). *Psicologia Escolar e Educacional & População LGBTQIA+*. Campinas: Alínea, 2023.

BARROS, Leticia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal: revista de psicologia*, v. 25, p. 373-390, 2013.

BARROS, João Paulo Pereira; SILVA, Dalgualberto Barboza da; GOMES, Carla Jéssica de Araújo. Dispositivos grupais com jovens: Rizomas em territorialidades periféricas. In Flávia Cristina Silveira Lemos *et al.* (Eds.), *Pesquisar com as psicologias: Artesanias e artificios*. Curitiba: CRV, 2020. p. 205-226.

BARROS, João Paulo Pereira.; RODRIGUES, Jéssica; BENÍCIO, Luis Fernando de Sousa (Orgs.). *Violências, desigualdades e (re)existências: cartografias psicossociais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021. p. 361–379.

BARROS, João Paulo Pereira.; SILVA, Dagualberto.; GOMES, Carla Jéssica de Araújo. Dispositivos grupais com jovens: rizomas em territorialidades periféricas. In: LEMOS, F. C. S. et al. (Orgs.). *Pesquisar com as psicologias: artesanias e artificios*. Curitiba: CRV, 2020. v. 10, p. 205–226.

BARROS, Regina Benevides de. Dispositivos em ação: o grupo. In André do Eirado Silva *et al.* (Orgs.), *SaúdeLoucura 6: subjetividade*. São Paulo: Editora Hucitec. 1997. p- 183–191.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAVALCANTE, Laisa Forte. *Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim: enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

CAVALCANTE, Laisa Forte; NUNES, Larissa Ferreira; FREITAS, Ingrid Rabelo; LAVOR FILHO, Tadeu Lucas; BARROS, João Paulo Pereira; MIRANDA, Luciana Lobo. Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 20-50, ago. 2021.

CAVALCANTI, Céu Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; SPOSITO, Sandra Elena. O lugar da psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe3, e062019, 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da violência 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da violência 2023*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

FREITAS, Sandra; BERMÚDEZ, Ximena Pamela Díaz; MÉRCHAN-HAMANN, Edgar. Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 30, e190351, 2021.

LIONÇO, Tatiana.; ALVES, Ana Clara de Oliveira; MATTIELLO, Felipe; FREIRE, Amanda Machado. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 599-621, 2018.

LINN DA QUEBRADA. *A lenda* [recurso sonoro]. 2017.

LOURO, Guacira. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Acesso em: 15 abr. 2025.

COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; ADRIÃO, Karla Galvão; MENEZES, Jaileila de Araújo. Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 8-17, 2018.

PLATERO, Lucas. La interseccionalidad como herramienta de estudio de la sexualidad: introducción. In: *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Bellaterra, 2012. p. 15-72.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RÊDES, Bárbara Lopes. Ocupação nas escolas no Ceará em 2016 e a construção da cidadania nos movimentos sociais na era da internet. In NUNES, Márcia Vidal; SILVA, Luizete Vicente da; SILVA, Maria Saraiva da; BIÉ, Estanislau Ferreira; JÚNIOR CUNHA, Henrique (orgs.). *Educação Como Forma de Socialização*. V.7. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

RODRIGUES, Jéssica Silva; ASSIS, Patricia Marciano de; LEONARDO, Camila dos Santos. O dispositivo grupal como estratégia de apoio psicossocial e resistências: inter(in)venções com mulheres e mães de jovens assassinados ou encarcerados. In: BARROS, João Paulo Pereira; RODRIGUES, Jéssica Silva; BENÍCIO, Luis Fernando de Souza (org.). *Violências, desigualdades e (RE)existências: cartografias psicossociais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021. p. 361-379.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, vol. 28. p. 19-54, 2007.

SILVA, Antônio Gabriel Miranda; GOMES, Carla Jéssica de Araújo; BARROS, João Paulo Pereira; NUNES, Larissa Ferreira; SILVA, Lucas Araújo da. Escutas sensíveis com jovens LGBTQIA+: o dispositivo-grupo como ferramenta de acolhimento e resistência. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL, ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO – CINABEH, 2021, Campina Grande. *E-book X CINABEH – Vol. 01*. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75134>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, Dalgualberto Barboza. *Devir periférico-bixa: Entre alianças, movimentos e resistências de coletivos LGBTQIA+ em Fortaleza (Monografia de graduação)*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, Dalgualberto Barboza. *Meu amor é político*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2023.

SOUZA, Donaldo Bello de; MENEZES, Janaína Specht da Silva. Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 22, n. 71, 2017.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em julho de 2025.